



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

LAÉRCIO JAIRO SANTOS DE SOUZA

MEMÓRIA, PODER E LEGITIMIDADE: a apropriação política da cabanagem no Pará
entre 1970–1985.

ANANINDEUA
2026

LAÉRCIO JAIRO SANTOS DE SOUZA

MEMÓRIA, PODER E LEGITIMIDADE: a apropriação política da cabanagem no Pará entre 1970–1985.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: **Profa. Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza**

ANANINDEUA
2026

LAÉRCIO JAIRO SANTOS DE SOUZA

MEMÓRIA, PODER E LEGITIMIDADE: a apropriação política da cabanagem no Pará entre 1970–1985.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Data da aprovação: 29/07/2026

Conceito: **EXCELENTE**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Sueny Diana Oliveira de Souza (orientadora)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna fonte de força, sabedoria e esperança, por me sustentar em todos os momentos desta caminhada e por permitir que eu chegasse até esta conquista. Aos meus pais, Ladilson Bentes e Vitorina Zolaine, por todo o amor, dedicação, ensinamentos e incentivos. Obrigado por acreditarem em mim e por serem a base da minha formação como pessoa.

Aos meus irmãos, Aimee Semple e Wellington Patrick, pelo apoio, carinho e companheirismo ao longo dessa trajetória. À minha amada esposa, Luana Caroline, por estar ao meu lado em todos os momentos, compreendendo minhas ausências, incentivando-me nos dias difíceis e celebrando cada conquista. Seu amor e apoio foram essenciais para que este sonho se tornasse realidade.

Às minhas filhas, Wellen Caroline e Luara Vitória, que são minha maior inspiração e motivação. Cada esforço realizado teve como objetivo proporcionar um futuro melhor para vocês. Esta conquista também é de vocês.

Aos meus grandes amigos do peito, Carlos Angelo e Raimundo Antônio, pela amizade sincera, pelas palavras de incentivo e por caminharem comigo durante esta jornada. Se não fosse vocês, eu realmente não estaria agora apresentando o TCC.

Ao "Bonde das Winxs", formado por Isabela Bittencourt, Ana Clara e Maria Clara, pela amizade, parceria, apoio e pelos momentos de aprendizado e descontração compartilhados ao longo da graduação.

Aos meus amigos João Pedro e Wueslen, bem como a toda a turma de 2021, pela convivência, união, troca de conhecimentos e pelas experiências que tornaram essa caminhada mais leve e inesquecível.

À minha orientadora, Doutora Sueny, pela dedicação, paciência, competência e valiosas orientações durante o desenvolvimento deste trabalho. Sua experiência e incentivo foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

A todos os professores do CANAN, minha sincera gratidão pelos ensinamentos, pelo compromisso com a educação e por contribuírem de maneira significativa para minha formação acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada e contribuíram para que este momento se tornasse possível. Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio e cada aprendizado ficarão para sempre marcados em minha história.

Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

Este artigo analisa como a memória da Cabanagem foi utilizada politicamente no Pará entre alguns marcos, como 1970 (denominação do Palácio da Cabanagem) e 1985 (o sesquicentenário da Cabanagem). A pesquisa demonstra que, durante a transição da ditadura para a redemocratização, os agentes políticos transformaram a imagem da Cabanagem – antes lembrada negativamente – em símbolo de luta popular e identidade regional, apropriando-se dessa memória para fortalecer sua legitimidade e aproximar-se da população. Com base nos conceitos de campo de Pierre Bourdieu, Jacques Le Goff, Michael Pollak e Pierre Nora, aliados às análises dos jornais, o estudo conclui que a memória oficial da Cabanagem foi um instrumento político de poder e capital simbólico dentro do campo político paraense do período.

Palavras-chave: Memória da Cabanagem, memória oficial, campo político, autoimagem, poder simbólico e uso político.

ABSTRACT

This article examines how the memory of the Cabanagem was politically used in Pará between certain milestones, such as 1970 (the naming of the Cabanagem Palace) and 1985 (the 150th anniversary of the Cabanagem). The research shows that during the transition from dictatorship to redemocratization, political agents transformed the image of the Cabanagem – previously remembered negatively – into a symbol of popular struggle and regional identity, using this memory to strengthen their legitimacy and get closer to the population. Based on the concepts of Pierre Bourdieu, Jacques Le Goff, Michael Pollak, and Pierre Nora, along with newspaper analysis, the study concludes that the official memory of the Cabanagem was a political instrument of power and symbolic capital within the political field of Pará during that period.

Keywords: Memory of the Cabanagem, official memory, political field, self-image, symbolic power, and political use.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CONTEXTO POLÍTICO E A MEMÓRIA.....	9
MEMÓRIA DA CABANAGEM: UM INSTRUMENTO POLÍTICO REGIONAL	15
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
FONTES HISTRIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como intuito refletir e discutir o uso da memória da Cabanagem pelos agentes políticos paraenses no período que vai de 1970, até 1985. Indubitavelmente, analisar o campo político é de uma complexidade ainda maior quando se trata de analisar os usos da memória por ele. Para isso, conciliaremos um conceito da sociologia e outro da historiografia. Nem de longe é uma tarefa fácil. Entretanto, tentaremos fazer tal correlação, pois, devido à complexidade da temática abordada, ela necessita dessa interdisciplinaridade. A fim de delimitar nossa temática, assim como cientes de que a sociedade se organiza em vários microcosmos sociais¹, escolhemos o conceito de “Campo”, do sociólogo Pierre Bourdieu², para delimitar nosso objeto de investigação. Somado a isso, utilizaremos os conceitos de memória, *memória coletiva e memória oficial*, trabalhados por historiadores como Jacques Le Goff, Pierre Nora e Michael Pollack, a fim de proporcionar um melhor entendimento e ajudar a embasar a discussão.

Um dos objetivos é analisar como se deu a positivação da Memória oficial da Cabanagem, nesse sentido que nossa pesquisa inicia em 1970 com a denominação da ALEPA em “palácio Cabanagem” ponto inicial dessa nova fase. Perpassamos todo esse período para chegarmos em 1985 que tem o ponto auge dessa memória positiva. Culminando com a inauguração do memorial Cabanagem. Momento também, singular, que é comemorado a revolução Cabana em 07 de janeiro – data do início da revolução. Aliado ao outro objetivo que é entender como tal memória foi um instrumento político, analisamos o papel desses agentes na construção da memória oficial. Os políticos Jader Barbalho, como governador, o presidente da ALEPA, Lucival Barbalho, os deputados Carlos Vinagre (PMDB), Nicias Ribeiro (PMDB), Gabriel Guerreiro (PMDB), e Paulo Fonteles (PMDB) e o Senador Hélio Gueiros (PMDB). Além de analisar a luta política através dos opositores como Aldebaro Klautau (PDS) e Oziel Carneiro (PTB).

Nesse sentido, utilizaremos o Campo Político como nosso foco de análise social. Cabe ressaltar que um campo social sofre mudanças de sentido de acordo com o seu contexto. Logo, há objetos que podem ter significados e valores dentro de um campo social que, para outro espaço, podem não possuir o mesmo valor. Para o campo político, assim como para o campo

¹ Microcosmo social é uma expressão utilizada pelo sociólogo Pierre Bourdieu – no livro O Poder Simbólico- para demonstrar a complexidade do tecido social.

² Pierre Bordieu: sociólogo, escritor e intelectual Francês. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

historiográfico, a memória é um objeto fundamental. No caso do campo político, objetos e narrativas podem, dentro de um contexto, ter muito mais valor do que em outros recortes temporais. Todo espaço social é um espaço de luta; o campo social é um espaço de lutas simbólicas, no qual os vários atores sociais disputam a autonomia de determinado campo. Logo, cabe frisar que o espaço político do período estava passando por uma “dança das cadeiras”, fruto dessas disputas simbólicas e do controle político. Os políticos desejavam, já no período da ditadura, apresentar-se ao povo como representantes de seus anseios. Ou melhor, buscavam legitimação, haja vista que, no momento em que a redemocratização de fato acontecesse, aqueles que almejavam ocupar vagas no campo político teriam de convencer o povo dentro de uma disputa simbólica: ser a representação do povo.

Dessa maneira, veremos que a memória da Cabanagem, que perpassou da negatificação à positificação dentro da memória oficial, foi utilizada como uma memória de servidão por esses agentes políticos, encaixando-se nos interesses daqueles que, oportunamente, viram nessa memória um suporte para aferir legitimidade perante a sociedade e argumentos para seus discursos. Uma memória positiva, sim, mas genérica e superficial. Utilizar-se-ão como fontes os jornais, que contemplam uma análise do discurso atrelada aos usos políticos da memória. Os jornais conseguem nos proporcionar profundidade no assunto e constituem um bom indicador do período citado, pois, uma vez que o jornal se coloca como um mediador do debate público, une o discurso ao receptor. Por fim, busca-se debater como refletir e pensar a memória, que não é um objeto apenas da historiografia, mas que lhe é muito cara, não podendo, de forma alguma, ser objeto de apropriação privativa de certos políticos.

O presente artigo apresenta como divisão a introdução que destaca o que será visto, objetivos problemáticos, somado ao “contexto político e memória” que vai destrinchar aspectos do cenário político analisado além de delimitar o conceito de memória entre outras coisas. Por conseguinte, no “memória da cabanagem: um instrumento político regional” debatarei como foi a construção dessa memória oficial, além de analisar discursos, ritos, e toda a luta que houve dentro do campo político pelo capital simbólico da memória cabana. E por fim, na “conclusão” traremos o resultado da investigação, além das devidas respostas em que o artigo pretende entregar.

CONTEXTO POLÍTICO E A MEMÓRIA

O sociólogo Bourdieu formula o conceito de Campo para definir e analisar os diversos segmentos sociais, pois existem vários tipos de campos, por exemplo: campo jurídico, campo

acadêmico, campo artístico, ou seja, são espaços de sociabilidade e de relações sociais que os indivíduos constroem. Como já citado, trabalharemos a análise do campo político paraense no recorte temporal que vai de 1970 a 1985. Ou seja, um período transicional (de início, no mundo das ideias) da ditadura para a redemocratização. Cabe ressaltar que a redemocratização se deu dentro de um longo e dificultoso debate que movimentou o campo político em todas as suas esferas. A redemocratização foi uma construção social que perpassou conciliações, debates e imposições travadas dentro do campo político, ou seja, não começou em 1985.

Ainda sobre o período, o discurso de combate ao regime ditatorial estava em curso em toda década de 70 até meados de 80. Os vários setores sociais conclamavam a volta da democracia e contestar o autoritarismo sempre esteve em prática. O debate público girava em torno de excluir o modelo de ditadura o quanto antes e caminhar para um ambiente democrático. Sendo assim, o contexto era de mudança política e de incerteza. Incerteza no campo político, pois, nessa transição, todos teriam visibilidade para disputar, já que agora seria uma democracia eleita pelo povo, e não mais um poder vertical, pelo menos em tese.

Pode-se correlacionar, guardadas as devidas proporções históricas, a ideia implantada na Primeira República: “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1990, p. 11)³. Aqui, o historiador José Carvalho esclarece como foi de suma importância controlar os discursos e os símbolos e canalizá-los para a construção da República (no caso, a Primeira República), ou seja, formar as almas, como ele ressalta.

Essa ideia é muito útil para entendermos como o campo político passou por uma luta simbólica nessa transição para a redemocratização. Além disso, ajuda-nos a entender, que, ao passar por uma reconfiguração política, há também, por trás dela, uma reafirmação do imaginário social. Entretanto, agora não é para formar almas republicanas.

Agora é para formar votos, apoio e, o crucial, legitimar-se como representante do povo. O campo político está sempre em uma constante luta simbólica; nesse período, mais ainda, pois os símbolos são conexões com o imaginário social. O historiador René Rémond (1984)⁴ disserta que há instrumentos que podem virar armas dentro do campo político, além disso, ele reflete que o político não tem fronteiras, tudo pode se tornar político, mas que as ações políticas são levadas pelos fatores externos. A memória da Cabanagem é agenciada por esses atores políticos, a memória não é política, mas pode ser politizada.

³ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

É por meio da representação do símbolo, dado em um contexto, que é possível conectar o político ao povo. São essas formas sutis que amarram todo um ideário coletivo a pensamentos de um grupo dominante, impondo-se a outro grupo, o dominado. Correlacionando ao pensamento do Historiador Girardet (1987)⁵ Reflete que existe uma lógica no imaginário político, ou seja, há um “sistema de pensamento” predefinido. E o que os políticos fazem é recorrer a essa base de pensamento, que é a herança cultural de uma sociedade. Dessa forma, a memória da Cabanagem é um elemento importante no imaginário político regional.

Para um sujeito político caminhar da ditadura à redemocratização sem sair do campo político, sem deixar o cargo político ocupado, teria que adentrar a luta simbólica do respectivo campo. Pois agora as decisões seriam diretas; agora seria o povo que reordenaria as peças políticas dentro do campo político. Era preciso conectar-se ao povo para se reafirmar como seu representante. Segundo o Historiador Chartier (2002)⁶, a prática da representação é uma forma de junção do político ao indivíduo. E os atores políticos do campo paraense utilizam da memória da Cabanagem para se apresentarem como representante do povo.

No Jornal Diário do Pará (1984), há uma reportagem sobre “A Carta de Belém”, feita pela juventude local e entregue ao importante projeto “Muda Brasil”⁷, a qual dissertava sobre a importância da saída dos vinte anos de opressão, atrasos e cerceamento da participação política para um momento de mobilização popular, a fim de garantir não só que o futuro governo acontecesse (a redemocratização), mas também que o povo tivesse assegurada a sua participação política dentro do respectivo campo. Somado a isso, no jornal *O Liberal*⁸, Catanhede (1984)⁹ ressalta como o povo foi a grande estrela do ano de 1984. Quando este participou ativamente dos protestos e das lutas pelas “Diretas Já” e “Tancredo Já” e que o caminho da sociedade brasileira voltaria para o protagonismo do povo.

Na coluna denominada “Vinte marcos depois”, no *Diário do Pará* (1984)¹⁰, é ressaltado que a ditadura utilizava o poder sem que o povo lhe tivesse autorizado e que o mandonismo

⁵ GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologia política. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶ CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

⁷ Projeto "Muda Brasil" está associado a um movimento popular pela redemocratização no final do período ditatorial, que clamava pela volta do sufrágio direto para presidente. Melhorias econômicas e combate à desigualdade social.

⁸ O liberal é um jornal Brasileiro que circula em Belém e maior parte do Pará desde o ano de 1946. Ao ser adquirido por Romulo Maiorana em 1966, passou a integrar o Grupo Liberal, que atualmente é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil.

⁹ CATANHEDE, Eliane. O povo: a estrela de 84, O LIBERAL, Bélem: 03 de jan. 1985. Edição: 21.113

¹⁰ O jornal Diário do Pará foi fundado em 22 de agosto de 1982 por Laércio Wilson Barbalho, para apoiar a candidatura de seu filho Jader Barbalho ao governo estadual e para ser um instrumento contra a ditadura militar.

militar teria que acabar para que o poder fluísse do povo — em tese, é isso. Ambas as fontes apresentadas demarcam o pensamento de que a democracia seria o ápice do poder popular, o auge da participação política. Logo, atento aos discursos e às suas devidas sinalizações, o campo político movimenta-se para entendê-los e colocar-se à disposição do povo, ou seja, ser o seu representante.

Luta simbólica, utilização de símbolos, imaginário social, instrumentos de luta e disputas pelo campo político, memória oficial, memória coletiva, memória de servidão..., mas o que significam todas essas palavras bonitas e complexas? Pois bem, tentaremos ao máximo ilustrar e materializar todas essas palavras abstratas. Para isso, far-se-á uma conexão entre a sociologia e a historiografia. Como foi visto acima, o consenso em torno da redemocratização era visível; logo, o campo político estava atento ao jogo. A fim de apresentar-se como representante do povo, todo instrumento seria válido. É aqui que entra um novo conceito crucial para este artigo: a memória. Retornando à perspectiva do sociólogo Bourdieu (1989), cada campo social tem seus ritos, instrumentos e símbolos, que podem ser próprios (ou não) e que são cruciais para a vitalidade do campo. Há instrumentos simbólicos que podem servir para mais de um campo; nesse caso, a memória assim o é.

A memória é um objeto da historiografia, mas não necessariamente pertence apenas à historiografia, já que ela não depende somente desse campo para existir. Ligado a isso, é possível perceber como o campo político sempre se apoiou em determinadas memórias para alcançar o povo, ou forjar uma nação, forjar uma identidade coletiva. A construção da República Brasileira buscava enaltecer memórias seletivas a fim de construir uma memória coletiva, como aconteceu com a figura de Tiradentes, que viraria mártir e símbolo de um Brasil republicano pelo qual ele nunca lutou nem sequer pensou. Tiradentes, que era pouco ou quase nada lembrado no ensino de História durante o período imperial, conforme destaca Bittencourt (2007)¹¹. Todavia, sua memória foi de suma importância para construir simbolicamente o enredo republicano. A memória é um instrumento político, e existem os usos políticos da memória.

Contudo, como já mencionado, a memória não é um objeto restrito ao campo historiográfico, apesar de ser um suporte crucial para os historiadores. A memória pode ser um dos símbolos que têm validade em mais de um campo social. Bem, a memória, partindo da análise de Le Goff (1988)¹², é uma propriedade de conservar determinadas informações; é o

¹¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). Dicionário de datas da história do Brasil. Contexto, 2007.

¹² LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

lugar onde cresce a História, sendo um elemento essencial para a construção de identidades, tanto pessoais como coletivas.

Em consonância, ressalta o historiador Pollak (1992) que a memória não é apenas individual, mas de toda uma sociedade, sendo influenciada pelas experiências coletivas e pelas estruturas sociais. Ambos os historiadores defendem que esse é um objeto que sofre variações e até pressões externas, mas que também constitui um grande suporte para a construção de uma identidade coletiva.

Ademais, segundo Le Goff (1988), cada sociedade sente, quase sempre, a necessidade de ter antepassados. Logo, pode-se afirmar que a memória é um elemento da configuração original do indivíduo, inerente a ele. Todavia, como ressalta Pollak (1992), há uma memória vivida por “tabela”, ou seja, algo que necessariamente não foi vivido pelo indivíduo, porém constitui uma memória tão marcante para determinado grupo que é impossível dissociá-lo dela.

Nesse sentido, a memória perpassa a construção social; agentes de vários setores da vida podem promovê-la de alguma forma. Ligado a isso, o historiador Le Goff (1988), ao categorizar os tipos de memória, salienta que existe uma memória individual, mas também uma memória coletiva, influenciada pelo contexto social e pelas instituições que operam em determinada sociedade, apresentando-se como fundamental para construir uma identidade coletiva — ou para legitimar-se, como veremos adiante. Os historiadores convergem ao salientar que a memória é uma construção coletiva e social, fazendo-nos refletir que ela não é um objeto somente da historiografia, apesar de ser um suporte fundamental para a História.

Logo, a memória que aqui trabalharemos será a coletiva, conforme Le Goff (1988), ou a memória vivida por “tabela”, conforme destaca Pollak (1992). Dessa forma, cabe salientar que a memória coletiva de, por exemplo, um país ou um estado é sacramentada pela ação de algumas instituições — ou melhor, é construída por diferentes campos sociais. A fim de delimitar nossa análise, trabalharemos aqui com a memória oficial, esta influenciada pelo Estado. Contudo, obviamente, entendendo que esse Estado não é abstrato, mas sim fruto de disputas pelo seu controle — e quem controla o aparelho estatal controla a memória oficial. Por isso, o presente texto articula a ideia de campo político, por ser desse campo que saem as figuras que irão controlar o Estado e, adiante, poderão ou não construir uma memória oficial. Controlar o imaginário, silenciando ou exaltando uma memória, é atuar de forma ideológica por meio da violência simbólica.

Diante do exposto e para o nosso recorte, tentaremos vislumbrar como a memória da Cabanagem foi instrumentalizada e tornou-se um artefato na luta simbólica do campo político entre 1970 e 1985, período de transição que começa na ditadura e vai para a redemocratização, dentro dessa noção de memória coletiva, que pode ser influenciada por outros setores. Neste caso em especial, far-se-á uma análise dos impactos e do uso político da memória cabana como representação simbólica de legitimação perante o povo, atrelada ao fato da utilização do Estado para a construção de uma positivação da memória da Cabanagem — memória essa que podemos demarcar como memória oficial, a qual recebe esse nome por ser determinada e legitimada pelo Estado.

Cabe ressaltar que essa memória não perpassa diretamente pela historiografia — mas pode perpassar indiretamente —, sendo, assim, uma memória influenciada pelos agentes políticos do respectivo campo social. Por isso, tornou-se um símbolo de disputa dentro do Campo Político, refletindo-se na ideia de usufruir da memória como um instrumento político, conforme veremos a seguir.

Mais uma vez, a memória coletiva-oficial será utilizada em prol de interesses políticos. É dessa forma que a memória da Cabanagem se encaixa nesse período. Ela vai conferir legitimidade ao indivíduo que almejava ser representante do povo.

Sobre as fontes, optou-se pela análise dos jornais da época citada, haja vista sua potencialidade como indicador da sociedade no debate público. Os jornais detêm uma gestão sobre as normas comportamentais que fabricam o dia a dia da sociedade. Conforme ressalta a historiadora Barbosa (1997)¹³, dos anos 1920 em diante, os jornais consagraram-se como mediadores do debate dito público, demarcando que sua posição nunca foi neutra. Pelo contrário, estabeleceram uma correlação coordenada entre imprensa, poder e público, com direcionamento para exercer controle sobre as consciências.

O jornal analisado é o Diário do Pará, que teve sua trajetória iniciada em agosto de 1982 e tinha como desígnio sustentar a campanha de Jader Barbalho para as eleições de 1982. Assim, tornou-se um grande periódico no debate público da sociedade em meados da década de 1980.

Partindo da premissa de que o jornal é um bem simbólico, analisamos que o periódico foi consagrado com a função de propagar discursos e ideias da classe dominante. Embora

¹³ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 20, n. 2, 1997.

atrelado ao discurso político, ele se apresenta com um papel de mediador do debate, sendo um grande impulsionador da imagem de representatividade que os agentes políticos almejam.

Conseguimos, dessa forma, compreender e interpretar a ideia por detrás do discurso que tanto se buscou construir com a memória da Revolução Cabana, colocando em prática o que a historiadora Barbosa (1997) chama de jogo de dominação simbólica e poder, que entrelaçam mídia impressa, política e o dito poder público.

MEMÓRIA DA CABANAGEM: UM INSTRUMENTO POLÍTICO REGIONAL

Antes de entrarmos, propriamente, na memória da Cabanagem, é de suma importância entendermos que a memória coletiva é um instrumento de chegada ao poder, ou um objeto de poder. Sendo assim, faz-se imperiosa a análise do campo historiográfico, sempre em atenção a como estão sendo feitos os usos políticos da memória coletiva. Como reforça Le Goff (1988), a memória procurada pela historiografia é a de salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, utilizando a memória coletiva para a libertação, e não, jamais, para a servidão dos homens. Entretanto, como vimos a memória da cabanagem está sendo utilizada para, como destaca Giradert (1987), uma leitura imaginária para desenvolver uma história do presente, que favoreça tais atores políticos.

Em outras palavras, a historiografia tem que intervir e estar atenta aos usos políticos da memória, sempre contestando a forma como ela está sendo utilizada. É isso que tentaremos fazer, problematizando a utilização da memória da Cabanagem em tempos de transição da ditadura para a redemocratização em solo paraense.

De início, pode-se frisar que a memória da Cabanagem, enquanto memória oficial, até 1970 era a de uma Cabanagem vista como uma revolta sangrenta, protagonizada por desordeiros e arruaceiros. Visão esta que emana da obra *Motins Políticos* (1865)¹⁴, de Domingos Raiol, fonte que ressalta, com detalhes, os relatos não só da Cabanagem, mas de todo esse contexto político do Grão-Pará, no berço do Império.

Contudo, é importante entender que toda fonte é fruto de uma construção social, que promove um discurso — um discurso que não é neutro. *Motins Políticos* não é uma obra neutra, sendo dela que irradiava essa negatificação oficial da memória da Cabanagem.

¹⁴ Raiol, D. A. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo).

Dessa maneira, a memória oficial girava em torno do silenciamento da luta cabana, porque, ao analisar as denominações de ruas, de espaços, de largos ou de prédios do Estado — aquilo que a historiografia denomina de lugares de memória —, não se observava (até 1970) uma posituação dos cabanos. Partindo da premissa de que “a cidade é uma grande galeria imaginária e os nomes das ruas seriam molduras de quadros sem imagens” (CRUZ, 1992, p. 15)¹⁵, a denominação de uma rua, de um espaço, de uma praça, de um monumento e assim por diante tem total incidência no imaginário social, porque se encaixa como uma espécie de letramento, construindo uma força simbólica, por vezes silenciosas.

A denominação, em forma de homenagem, é mais um aparato de construção da memória coletiva oficial. Pois os nomes das ruas, das praças, a construção de monumentos (que remetem a uma memória) e a denominação de bairros têm grande significado; eles ajudam a construir a memória coletiva de um povo. No entanto, engana-se quem pensa que essas escolhas são neutras ou que não tenham tanta importância; muito pelo contrário. Conforme destacado: “Uma das preocupações dos legisladores municipais tem sido a de homenagear vultos e fatos da nossa História, gravando-lhes os nomes nas ruas da cidade” (CRUZ, 1992, p. 16). O excerto traz o exemplo dos nomes das ruas da cidade como lugares de representação das memórias, uma atividade que eleva alguns e deixa outros dentro de uma memória subterrânea — é uma escolha parcial e cheia de significados. Enaltecem-se uns, silenciam-se outros. Essas denominações oficiais recaem sobre a realidade dos sujeitos sociais como um letramento.

Por exemplo, ao analisar o livro do historiador Cruz (1992), percebemos que a alusão feita diretamente à Cabanagem é a Rua 13 de Maio (13 de maio de 1835), em homenagem ao dia em que as tropas legalistas se apossaram da cidade, que até então estava sob o poder dos cabanos. O livro em questão, de Cruz (1992), ajuda a compreender como era a memória oficial do Estado em relação à Cabanagem. Esse mesmo livro tem como recorte temporal o período que vai até 1969.

Infere-se, portanto, que essa memória carregava, até então, uma visão da Cabanagem como uma revolta, algo que só devia ser lembrado ao se falar da implosão do movimento — a homenagem ao 13 de maio destaca isso. Ou seja, nesse momento, o campo político utiliza-se da memória da Cabanagem imbuída da mesma parcialidade de Antônio Raiol em sua obra. A memória da Cabanagem sempre se apresenta como um instrumento político regional.

¹⁵ CRUZ, Ernesto. As ruas de Belém: Significado histórico de suas denominações. Ilustrações de Rudoff Richl – 2. ed. – Belém: CEJUP, 1992.

Adiante, para continuarmos nessa trajetória da memória da Cabanagem, como o intuito do historiador Cruz (1992) é ressaltar as denominações de ruas, avenidas e bairros, estes podem ser grandes indicadores dessa memória oficial da Cabanagem. Podemos elencar algumas ruas que receberam denominações de figuras que atuaram direta ou indiretamente contra a Revolução Cabana.

Em primeiro lugar, a Rua Cônego Jerônimo Pimentel (um contemporâneo da Cabanagem), que atuou moderadamente e quase foi fuzilado por ajudar famílias perseguidas pelos cabanos, de acordo com o historiador Cruz (1992). Somado a isso, há a denominação da Rua Padre Prudêncio, que homenageia um deputado provincial e comandante das tropas legalistas em ação contra os cabanos. Além da Rua Ângelo Custódio, que homenageia um presidente nomeado pelo Estado Imperial no período da Cabanagem, transferindo a sede do Grão-Pará para a cidade de Cametá, conforme Cruz (1992).

Ou seja, todas essas denominações dizem respeito a figuras que não estavam ao lado dos cabanos, disso já conseguimos depreender. Nem bairros, nem largos (praças) eram denominados com uma memória positiva da Cabanagem. A cidade, nesse caso Belém, até 1969, conforme Cruz (1992), vinha apresentando profundas alterações nos nomes das ruas da capital, mudanças essas ocasionadas pelos políticos.

Logo, cabe ressaltar a importância da historiografia em acompanhar os movimentos do campo político e suas formas de utilização da memória oficial. Quando se denomina um espaço, um lugar ou uma rua, busca-se legitimar ou corroborar a memória oficial de alguma forma. O ato de escolher uma denominação ou um lado da memória não é neutro — tem muitos significados por detrás.

Entretanto, e a Praça Batista Campos, e o bairro Batista Campos? Pois bem, o sentido de Cabanagem expresso aqui corresponde ao evento concretizado após 7 de janeiro de 1835. “A Cabanagem (1835-1840) constituiu-se em um movimento político e social deflagrado na província do Grão-Pará, que ameaçou a manutenção do poder imposto pelo governo regencial sobre a região”, conforme Ricci e Lima (2015, p. 6)¹⁶. Dada essa conjuntura, não se pode interpretar o cônego Batista Campos como uma figura concreta da Cabanagem. Em consonância, com base na própria explicação da figura de Batista Campos no livro de Cruz

¹⁶ RICCI, Magda; LIMA, Luciano Demetrius Barbosa Letrados da Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 63 out.-dez. 2015 <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zHSYfL3Lwd3DCMCGG6pYLMR/?format=pdf&lang=pt>> -15-09-2015.

(1992), destaca-se sua condição de político influente do período e sua honrosa contribuição na ocupação de vários cargos estratégicos na província, reforçando a ideia de que sua atuação não estava tão diretamente ligada ao movimento da Cabanagem. Longe disso, não negamos sua importância e influência na maior insurreição popular brasileira, que foi a Cabanagem.

Diante do exposto, podemos aferir que a memória oficial da Cabanagem, construída dentro do campo político, era de exaltação das figuras que puseram fim ao movimento revolucionário cabano, ou seja, reforçava a figura de um Estado soberano que extinguiu o movimento. Cabe ressaltar que os exemplos citados acima vão até 1969, conforme demarcado no livro de Cruz (1992), período político que compreende a implantação da Primeira República até a ditadura. Todavia, este não é o foco do presente trabalho, mas tal discussão se fez útil para entendermos a cronologia dessa memória.

Ressaltamos também que a memória da Cabanagem já se colocava como um instrumento político e que seu uso dizia muito mais sobre o período debatido da memória do que propriamente sobre o período da Cabanagem. Ou seja, quando se reforçavam nomes que acabaram com o movimento Cabano, podemos entender que se tratava de um uso político para reforçar o papel do Estado republicano e das forças do Estado.

Dessa forma, conforme destaca Le Goff (1988), a memória está servindo ao projeto do campo político. Logo, cabe ao campo da historiografia analisar e denunciar esse processo, pois a memória deve servir para a libertação e para a ampliação de horizontes, jamais para ser um instrumento político.

Adiante, é possível demarcar que a memória pode metamorfosear-se ao longo do tempo. Pontos que outrora eram enaltecidos tornam-se silenciados; as versões e os olhares sobre a memória podem — e até devem — sofrer variações. Nosso objeto, que é a memória da Cabanagem, transmutou-se na segunda metade do século XX e foi positivado. Pois, como toda memória coletiva é um viés de poder, as disputas pelo controle das narrativas são muito caras a outro objeto do presente trabalho: o campo político.

Este, por viver em constantes disputas, instrumentaliza a memória, tornando-a um aparelho de servidão e, o pior, um instrumento de uso político. A memória oficial da Cabanagem, que outrora destacava a bravura do Estado em dispersar o movimento revolucionário Cabano, agora enaltece o viés revolucionário da Cabanagem. Agora, o campo

político utiliza a narrativa de uma Cabanagem transformadora e como um célebre feito da História paraense.

A memória oficial é aquela que somente se concretiza sendo chancelada pelo campo político, em denominações de ruas, praças, bairros, monumentos, ritos e atos promovidos pelo aparelho do Estado etc. Essa memória coletiva, de acordo com Petit e Velarde (2013), coexiste em uma ebulição latente. Conforme destacamos acima, a memória coletiva perpassa uma constante transformação, ao bel-prazer, às vezes, de interesses de grupos seletivos — neste caso, do campo político.

O primeiro ato de transformação da memória da Cabanagem ocorreu no ano de 1970, quando o então deputado Carlos Vinagre (MDB), por meio de uma emenda substitutiva propondo chamar o edifício de “Palácio Cabanagem”, sobrepôs-se ao projeto de resolução do deputado Lauro Sabbá (ARENA), projeto este que almejava a denominação de “Palácio Ruy Barbosa”¹⁷ para a recém-construída Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA). Ora, podemos refletir que foi uma interessante disputa de memórias. Por um lado, a memória de Ruy Barbosa, totalmente ligada à construção da República, ou seja, uma memória muito forte, que teve grande força no século XX; por outro, a memória da Revolução Cabana, que saiu vitoriosa.

Engana-se quem pensa que se trata somente de uma mera denominação de um palácio. Não, trata-se de um ato de transformação da memória oficial da Cabanagem. Um ato que se encaixa perfeitamente com o que representa (ou deveria representar) a casa do povo, é um grande salto para uma memória que não denominava rua alguma, concorda? Sendo um dos nossos objetivos entender como foi a fabricação dessa memória oficial positiva. O dia 30 de novembro de 1970, é crucial pois demarca o início da positividade dessa memória.

O campo político paraense sinalizava que agora a memória da Cabanagem pode ser vista pela ótica do povo. Batizar a ALEPA com o nome da cabanagem somente demonstra um caminho de positividade da memória da Cabanagem que estava se construindo dentro do campo político paraense. Mas por qual motivo benevolente existe essa transformação?

Como afirmara Bourdieu (1989), em todo campo existe luta; geralmente, essa luta consiste na busca pela hegemonia desse campo. Logo, o campo político é um expoente de um

¹⁷ BOUÇÃO, CARLOS, 190 anos da Cabanagem - ALEPA-PA. 06/01/2025. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/10695/190-anos-da-cabanagem>. Acesso em: 05-09-2025.

campo que está em constante disputa por sua hegemonia. Por aqui, começamos a responder ao questionamento apresentado acima.

O campo político paraense da década de 1970, mais precisamente até meados da década de 1980, estava em constante luta por controle. Apesar de viver-se um período de ditadura militar, os políticos paraenses estavam atentos a uma característica muito própria dos agentes do campo político: “a autoimagem construída junto à opinião pública” (PETIT; VELARDE, 2013, p. 8). Mesmo em tempos de ditadura militar, a classe política, no bipartidarismo (que era uma caricatura de “democracia”), buscava demonstrar ao imaginário coletivo que era, de alguma forma, representante dos anseios da sociedade. Traçando um paralelo com o Historiador Rémond (1984) as crises são uma dessas situações externas que ampliam o campo político. A transição da ditadura para a redemocratização instaurou uma crise que amplia os instrumentos para serem utilizados. Assim a memória da cabanagem ganhou essa mitologia política que se apropria e politiza a mesma.

A busca pela construção de uma autoimagem preservada do político é um prisma dessa luta que ocorre no campo político e, para travá-la, entra outro objeto fundamental: a memória. Dessa forma, conforme ressalta a obra, “a memória é um campo de disputas políticas como integrante da legitimidade do poder” (NEVES; LIMA, 2009, p. 492). Ou seja, a memória coletiva é um instrumento de luta dentro do campo político. Conectando esse pensamento a Le Goff (1988), os esquecimentos e silenciamentos são fruto dessa manipulação da memória coletiva por parte desses agentes.

Na prática, a transformação da memória coletiva oficial da Cabanagem perpassou os interesses dos políticos que estavam em cena no espaço social referido, em busca de algum reflexo em sua imagem. O Estado contemporâneo, segundo Rémond (1984), tem uma característica de conceder poder de manipular pessoas sobre os instrumentos, sobretudo de controle social. Entender a eficiência simbólica do Estado é entender como esse poder simbólico tem impacto no âmbito social.

Cabe demarcar que o contexto político paraense, mesmo sob a égide da ditadura militar, travava uma “disputa” entre facções políticas. De acordo com o historiador Pere Petit (2009)¹⁸, o campo político paraense, na década de 1970, detinha uma peculiaridade. Havia um racha no

¹⁸ PETIT, Pere Penârrocha. CHÃO DE PROMESSAS: As elites políticas e as transformações no estado do Pará pós 1964. Pará. Paka Tatu, 2009.

próprio partido (ARENA), que representava os valores mais fidedignos do regime militar (não que o outro partido não o fizesse também) dentro do campo político.

Essa disputa entre apoiadores de Jarbas Passarinho e apoiadores do coronel Alacid Nunes denota como, embora em um período de menor poder de atuação do campo político, as disputas e as lutas pelo controle hegemônico permaneciam em alta. Ligado a isso, é crucial destacar dois pontos.

Primeiro, esses agentes políticos, fortemente atrelados aos ideais dos militares, sabiam da necessidade de transmitir à sociedade ares de pseudodemocracia. O segundo ponto é que, haja vista que a ditadura se prolongava, esses atores do campo político paraense viam crescer a pressão por uma transição democrática. Logo, era imprescindível estar atrelado a uma autoimagem que, de alguma maneira, identificava-se como o ser do povo, isto é, o representante legítimo do povo.

Somado a isso, cabe enfatizar que o discurso regionalista, apropriado pelos agentes políticos da época, exemplifica o imaginário político do período, como veremos a seguir.

Dando continuidade ao contexto político do período supracitado, há um elemento que precisa ser colocado em cena dentro do campo político paraense. Com o golpe militar de 1964 e o famigerado projeto do “milagre econômico”, a Amazônia passou a ser alvo de intensos projetos econômicos voltados à exploração extrema das riquezas naturais, conforme o projeto “terra sem homens para homens sem-terra”¹⁹.

Entretanto, o campo político paraense preocupou-se ao saber que, por exemplo, o Projeto Grande Carajás, que era um projeto exploratório voltado à exploração de minérios no sudeste do Pará, teria sua produção escoada pelo porto de São Luís, no Maranhão, fazendo com que grande parte dos dividendos ficasse fora do Pará (essa foi a lógica da maioria dos projetos — Amazônia, colônia brasileira)²⁰. Vendo seu poder abstrato tornar-se inoperante, e os recursos econômicos serem direcionados para fora do Estado, o campo político paraense apropriou-se e atrelou-se a um discurso regionalista em defesa dos direitos do Estado do Pará (bem, pelo menos assim eram apresentados seus discursos).

¹⁹ GOVERNO FEDERAL DECRETO-LEI Nº 1.106, DE 16 DE JUNHO DE 1970. Programa de Integração Nacional.

²⁰ PERE PETIT (op.cit).

Conceitualmente, “o regionalismo é um movimento de base territorial como uma reação ao Estado Nacional, que levanta bandeiras da identidade, da autonomia, do direito à diferença”, conforme enfatiza a geógrafa Castro (2006, p. 186)²¹. Sobretudo, os políticos entendiam que defender o regionalismo era um ponto importante naquele momento. Assim, conforme destacado na fonte *Diário do Pará* (1982)²², o então candidato ao governo do Estado faz duras críticas à possibilidade de o Projeto Grande Carajás ter seu faturamento subordinado ao pagamento da dívida externa, ressaltando esse papel de mera colônia pelo qual a Amazônia era vista pela ditadura militar.

Em consonância, o jornalista e advogado Benedicto Monteiro, no *Diário do Pará* (1982)²³, na coluna “O cabo eleitoral do Presidente”, também enfatiza esse discurso regionalista ao tecer críticas a respeito da escolha de alguém de fora do Pará para ser o secretário executivo de Carajás, além do fato de não haver empresa paraense alguma dentro desse projeto.

O discurso ideológico regionalista foi pleiteado e reproduzido por diversos setores da sociedade paraense, como intelectuais, artistas e políticos. Ele é um ótimo termômetro do período do campo em questão, pois demonstra que a aproximação dos agentes políticos com a memória da Cabanagem não foi mera nem desprovida de intenção. Pelo contrário, a luta pela autoimagem de ser um representante do povo, no campo político paraense, perpassa a aproximação com o discurso ideológico regionalista. Logo, a aproximação com a memória da Cabanagem e sua positivação seriam um instrumento de luta dentro do campo político.

Ademais, o historiador Le Goff (1988) salienta que a memória coletiva pode, caso não haja vigilância, tornar-se um mero instrumento de servidão para um grupo seletivo. Dessa maneira, encaramos os atos e os festejos cívicos do sesquicentenário da Adesão do Pará (1973). A historiadora Araújo (2022) demonstra como a memória coletiva foi afetada pelos atos e festejos cívicos em prol da Adesão do Pará, comprovando que a memória é um instrumento político. A autora Beatriz Araújo revela que o intuito desses festejos não era somente rememorar a Adesão do Pará e sagrar esse momento como marco fundador da integração do Pará ao Brasil, mas também estimular, no presente (no caso, 1973), um impacto na visão da

²¹ CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 186. referência do regionalismo.

²² Denúncias de Jader. **DIÁRIO DO PARÁ**, Belém, 02 de setembro de 1982, edição 00010.

²³ MONTEIRO, Benedicto. O cabo eleitoral do Presidente. **Diário do Pará**. Belém, 02 de setembro de 1982, Edição 00010.

sociedade paraense, estratégia semelhante à adotada pelas propagandas da ditadura militar, que difundiam um sentimento de nação.

Ou seja, toda a utilização da memória em prol da Adesão do Pará foi em favor de uma representação ou de uma imagética no presente. Assim, podemos inferir que os políticos que atuavam no campo político do nosso recorte já estavam familiarizados com a ideia da memória como instrumento de luta dentro do campo político.

Bem, talvez ocorra a seguinte pergunta: por que relacionar a memória da Adesão do Pará e seus festejos políticos de 1973, se estamos tentando entender o uso político da memória da Cabanagem? Ao longo do levantamento historiográfico, encontramos o referido artigo, que discorre sobre como foi estruturalmente elaborado, por meio de festejos, atos e instalação de lugares de memória, o uso político da memória da Adesão, para que esta fosse efetivamente colocada em prática na sociedade.

É aqui que está o ponto chave dessa conexão, respondendo à pergunta. O *modus operandi* utilizado pelos agentes políticos para o uso da memória da Cabanagem foi o mesmo, falando-se nessa parte estrutural da questão. Ou seja, reforçando que, dentro de cada campo social, há formas e disputas predispostas a serem utilizadas como meios de chegar ao controle de determinado campo. É dessa forma que se encaixa o exemplo trazido ao debate deste artigo.

Diante disso, relembremos a noção do sociólogo Bourdieu sobre o campo, segundo a qual cada campo tem suas lutas e seus instrumentos próprios como meios de se chegar ou manter-se no diretório de poder desse respectivo microcosmo social. Em termos práticos, o campo político paraense identifica que a memória da Cabanagem pode ser utilizada como uma forma de alavancar e autopromover aqueles que optassem por utilizá-la. Em consonância, utilizada como elo de conexão com o povo, a partir do discurso regionalista de protetor da região, serve como base para a positivação da memória e, por consequência, para seu uso político, embora a prática política talvez não fosse tão fiel ao regionalismo. É dessa maneira que vai se compondo um contexto de positivação da memória da Cabanagem com um viés próprio dentro desse campo político regional.

Diante do exposto, compreende-se que houve uma cisão de interesses próprios que levou o campo político a incorporar a narrativa dessa memória cabana revolucionária, a qual servia de conexão com o povo, com a base da sociedade. Este é o exato momento em que, conforme ressalta Le Goff (1988), a memória perde sua essência de provocar reflexão, conhecimento e

crítica, tornando-se um elemento de submissão: submissão aos interesses dos agentes do nosso campo político, ao seu bel-prazer.

Esse contexto de ditadura militar ofereceu diversos exemplos de como usar a memória para a legitimação do poder. De acordo com a autora Araújo (2022), a memória da Adesão do Pará foi utilizada para refletir no imaginário social paraense a ideia de patriotismo, de orgulho de ser brasileiro, em 1974. Dessa maneira, com a denominação do palácio Cabanagem em 1970 e a estrutura que foi feita em torno da memória da Adesão do Pará em 1974. Apontam dois fatores que explicam o caminho que tornaria a positivação da memória da Cabanagem.

Aqui cabe uma reflexão, caso alguém questione qual é a finalidade prática do historiador e da historiografia. Talvez este seja um ótimo sentido de resposta, pois, com a inobservância da historiografia (não afirmando que isso aconteceu, pois não é objetivo da pesquisa), a memória estava sendo utilizada pelo campo político, no caso da Adesão, sem uma reflexão crítica do historiador. Trata-se de um caso muito perigoso, pois é nítido que o Estado é formador de opiniões na vida pública. Logo, esses agentes políticos, agindo de acordo com seus interesses, influenciaram toda uma sociedade a pensar de maneira semelhante.

Além disso, para entendermos a concretização da positivação da memória da Cabanagem pelo viés do Estado, é de suma importância compreender o contexto do campo político paraense na década de 1980. De início, é crucial compreender que a referida década era pautada por uma mudança inerente no modo de organização política do Brasil, porque a democracia viria; era questão de tempo. Um ano-chave para entender esse contexto é 1982, porque, após 18 anos de ditadura, o povo voltaria a participar de eleições diretas para os estados e municípios, o que sinalizava um passo crucial para a transição democrática do país.

Foi também um ano de incertezas para os agentes políticos que tinham sua imagem conectada à ditadura, porém um ano de esperança para os novos agentes políticos que queriam entrar em cena (ou para aqueles que almejavam tornar-se dominantes no respectivo campo político), desbancando os grandes caciques políticos. A década de 1980 mudaria não só o microcosmo social político, mas também a representação da memória da Cabanagem por parte do Estado, como veremos adiante.

No Pará, as disputas pelo espólio do capital político de Jarbas Passarinho e Alacid Nunes encontravam-se às claras. Ambos eram figuras extremamente ligadas ao regime ditatorial brasileiro. Embora ambos pertencessem ao mesmo partido político (ARENA), o racha era

visível, formando-se verdadeiras facções em prol de cada um. A luta era pesadíssima, e os embates chegavam até as vias de fato.

Segundo os historiadores Petit e Velarde, o clima era tão hostil que existia a nomenclatura ARENA 1 (apoiadores de Alacid Nunes) e ARENA 2 (apoiadores de Jarbas Passarinho) para distinguir as diferentes facções. Dentro dessa conjuntura, os agentes políticos Oziel Carneiro (PTB)²⁴ (Partido Trabalhista Brasileiro) e Jader Barbalho (PMDB) enxergaram, nas lutas e divisões dessas facções, uma oportunidade de se apresentarem como candidatos da mudança.

Para o sociólogo Bourdieu, essa leitura é um exercício de compreender as propriedades e as lutas do campo social, a fim de, diante disso, alcançar o controle ou o êxito no respectivo microcosmo social — ou aquilo que o sociólogo chama de apreensão sincrônica.

As eleições de 1982 já têm um caráter democrático. Novamente, o povo voltaria às urnas para escolher, diretamente, o seu representante. Esse título também estava em jogo, pois quem vencesse a disputa poderia utilizar a alcunha de representante do povo, ungido pelo povo.

Assim fica visível na edição do *Diário do Pará* (1982)²⁵, ao se referir que “Faltam 10 dias para o povo vencer”, em alusão à chapa formada por Jader Barbalho. Ou, como o então governador do Estado, Alacid Nunes, declarou em um comício em Cametá, Jader Barbalho era o único que verdadeiramente se identificava com o povo paraense, segundo o *Diário do Pará* (1982).

Assim, conforme citado acima, o campo político se redesenha, ou reconfigura-se, em torno da ideia de conquistar a aclamação do povo. O discurso e as disputas em torno desse campo eram enviesados por esse fator. É bom guardar essa informação; ela será crucial.

Somado a isso, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)²⁶, partido do então candidato ao governo do Pará, possuía o lema “O povo no poder”, o que reforça ainda

²⁴ A sigla **PTB** refere-se ao **Partido Trabalhista Brasileiro**, um partido político brasileiro de ideologia trabalhista. Fundado em 1945, o PTB foi um dos principais partidos da década de 1950 e desempenhou um papel importante na defesa dos direitos trabalhistas no Brasil. O partido é conhecido por sua colaboração com o governo e por defender políticas neoliberais, além de ser uma das principais forças políticas do país.

²⁵ O *Diário do Pará* teve sua primeira edição lançada em 22 de agosto de 1982, um domingo, com a manchete “Eleições Limpas!”. Fundado pelo jornalista Laércio Barbalho, o jornal consolidou-se como um dos principais veículos de comunicação do Norte/Nordeste, foi um importante meio de diálogo para campanha de Jader Barbalho em busca da cadeira de gestor estadual do Pará, nas eleições de 1982.

²⁶ PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Foi uma das principais siglas políticas do Brasil, surgida em 1980 a partir do antigo MDB (1966-1979) e historicamente associada à redemocratização. nas eleições de 1982, ganhou força cooptando 9 governanças de estados, além de 200 cadeiras na câmara dos deputados.

mais a ideia de que era preciso disputar essa representação do povo no imaginário da sociedade da época.

O dia 15 de novembro de 1982, portanto, demarca a vitória da chapa do PMDB (Jader Barbalho e o vice Laércio Franco), sendo Jader Barbalho o primeiro governador paraense eleito diretamente após 18 anos do golpe dos ditadores militares.

Agora que sabemos que o campo político da década de 1980 caminhava rumo a uma transição democrática, aliado à busca dos agentes políticos em demonstrar ao povo que eram seus representantes fidedignos — informação crucial para este texto —, somado ao ponto aludido acima, o regionalismo (discurso em defesa da região), entendemos que esses elementos, unidos, formaram uma conjuntura sociopolítica que viabilizou a memória da Revolução Cabana como uma memória positiva por parte do Estado, naquilo que chamamos de memória oficial. Demarcando que essa positividade foi fruto de uma construção social, não algo que aconteceu do nada ou que o Estado, a bel-prazer, fazia como uma reparação histórica (apesar de isso ser utilizado no discurso, como veremos a seguir), por intermédio de seus agentes.

Retomemos a análise da curva de mudança da memória oficial da Cabanagem, a qual caminhava para uma positividade. Ou seja, estava saindo daquela visão de Domingos Raiol (de parvos, arruaceiros, néscios) e caminhando para uma visão revolucionária, de símbolo de luta do povo, de representação da soberania popular. Tudo isso se deu por uma construção que deteve interesses particulares como pano de fundo.

Como um forte indicador do contexto, as eleições de 1982 denotam que a sociedade desejava as eleições diretas e a democracia e que os políticos, naquele dado momento, necessitavam atrelar suas imagens ao sentido de representantes legítimos do povo. A memória, mais precisamente a memória oficial, faz parte e pode ser utilizada como instrumento simbólico da luta no campo político. É nesse sentido que os agentes políticos viabilizaram a positividade da memória oficial, utilizando-a como um capital simbólico.

Como fora visto, a nomeação da casa legislativa estadual como **Palácio Cabanagem** (1974) foi um passo, ou a porta de entrada, para a transmutação da memória negativa da Cabanagem em sua legitimação como memória oficial, como sempre deveria ser encarada: uma revolução que abalou as estruturas do Império Brasileiro na Amazônia oitocentista.

Entretanto, a chancela da positividade oficial da memória cabana ainda teria vários percursos. Passados dez anos da nomeação do Palácio Cabanagem, a memória cabana volta

com força para ser um instrumento simbólico no campo político regional. A gestão estadual que venceu as eleições de 1982, e que tinha como lema “O povo no poder”²⁷, utiliza, com sagacidade, a memória da Revolução Cabana para dar base e legitimidade aos seus atos e discursos, de forma que essa memória servisse de elo com a sociedade paraense do período.

De maneira singular e inédita na história da política paraense, os agentes políticos ativam e reativam a memória da Cabanagem em seus discursos. Porém, o que cabe analisar é se o sentido dessas ações se trata de uma atitude de benevolência ou reparação, ou então de conveniência e legitimidade simbólica. Bem, veremos.

Em 1984, a gestão estadual “Todos pelo Pará”, por intermédio de seus agentes políticos, começa a fazer citações em entrevistas, além de formular projetos que enaltecessem a Cabanagem e o movimento revolucionário que aconteceu na antiga Província do Grão-Pará. Um dos primeiros projetos foi erguer um Memorial da Cabanagem, que, segundo Seixas (1984)²⁸, concederia à Cabanagem uma reparação histórica como nunca fora concedida pelo poder público.

Cabe ressaltar que esse período antecede o sesquicentenário da Cabanagem (1985) e, para tal comemoração, a gestão do governador Jader Barbalho (PMDB) almejava construir esse monumento para celebrar o sesquicentenário. Todavia, devemos refletir: por qual motivo?

De acordo com a fonte *Diário do Pará* (1985)²⁹, o Memorial Cabano representava a compreensão do papel da Cabanagem na evolução da sociedade paraense, sendo esse monumento fruto de um projeto governamental que visava à preservação da memória e à caracterização da identidade regional.

Adiante, a referida fonte (*Diário do Pará*, 1985) compara a memória da luta cabana com a luta travada nas urnas em 15 de novembro de 1982 e com a consequente vitória da gestão “O povo no poder”, apresentando-a como uma vitória cabana. O então governador do Estado do Pará, Jader Barbalho, na inauguração do Memorial Cabano, em 7 de janeiro de 1985, ressalta, segundo o *Diário do Pará* (1985)³⁰, que, da mesma forma que o Brasil mudava no período da Revolução Cabana, o mesmo acontecia em 1985, com a reivindicação dos direitos civis (como as Diretas Já!) e a mudança iminente rumo à redemocratização do Estado brasileiro.

²⁷ **DIÁRIO DO PARÁ**, Belém, 05 de agosto de 1983, Edição 00279.

²⁸ SEIXAS, João. O certo é o diálogo. **DIÁRIO DO PARÁ**, Belém, 01 de abril de 1984, Edição 000434. p. 4.

²⁹ **Diário do Pará**, Belém, 03 de janeiro de 1985. Edição 00664.

³⁰ Mudança, **Diário do Pará**, Belém, 07 de janeiro de 1985, Edição 00668.

Seguindo esse raciocínio, conseguimos decifrar a ideia por detrás do discurso, ou seja, a busca por essa memória da Cabanagem visa estabelecer um comparativo com o contexto aqui analisado. A positivação por parte da memória oficial tinha como pano de fundo construir, no período citado (década de 1980), a imagem de um representante cabano e de um indivíduo legítimo que emanava do povo.

Se a ditadura e o Império Brasileiro eram marcas de opressão de um Estado centralizado e massacrante, em vários sentidos, a Cabanagem e os eleitos de 1982, pertencentes ao campo político paraense, representavam a mudança vinda do povo. É assim que o discurso da memória da Cabanagem foi apresentado nesse período, de 1982 a 1985.

Outro ponto que consagra a memória oficial positivada da Cabanagem foi a instituição da honraria **Ordem do Mérito Cabanagem**, uma das mais importantes condecorações concedidas pelo Poder Legislativo do Estado do Pará, instituída pela Lei n.º 5.198, de 10 de dezembro de 1984.

Dentro dessa construção da memória oficial da Cabanagem no campo analisado, o tenente Itacyr Dias, então assessor do presidente da ALEPA³¹, deputado Lucival Barbalho (PMDB), estudava, em abril de 1984, conforme destaca o *Diário do Pará* (1984)³², um projeto para criar tal honraria, a fim de agraciar autoridades e personalidades com serviços prestados ao Estado do Pará.

Tal medalha, concedida pelo então governador peemedebista do Pará em 1984, foi uma forma de o Estado, por intermédio de seus agentes — no caso, agentes políticos —, construir mais um passo nessa memória oficial positiva. Ou seja, mais um capital simbólico incorporado à maior honraria que o Estado detém.

No discurso do então presidente da ALEPA, e também peemedebista, Lucival Barbalho, em 26 de janeiro de 1985, conforme a fonte *Diário do Pará* (1985)³³ — data que marcou a primeira entrega das medalhas —, o presidente discursava fazendo uma alusão à Revolução Cabana e aos seus paradigmas, relacionando-os à luta pela redemocratização, em uma ideia de civismo e patriotismo em simbiose.

³¹ A ALEPA é a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o órgão máximo do Poder Legislativo estadual. Com sede em Belém, é composta por deputados estaduais eleitos para elaborar leis, fiscalizar as contas do Poder Executivo e debater temas de interesse da população paraense, funcionando como a casa do povo no estado.

³² Mérito Legislativo, *Diário do Pará*, Belém, 18 de abril de 1984. Edição 00448.

³³ *Diário do Pará*, Belém, 26 de janeiro de 1985. Edição 00684.

Conforme o historiador Pierre Nora (1984)³⁴, a prática de controlar o passado serve para iluminar a nação em seu presente. aliado a ideia do historiador Girardet (1984) muitas das representações do passado estão intimamente ligadas com as perspectivas do futuro, todos elementos projetados nessa posituação da cabanagem dizem mais desse período do que da cabanagem propriamente dita. Correlacionando essas ideias com o discurso do agente político mencionado acima, vemos a forma clara e objetiva de aliar a memória da Cabanagem à contemporaneidade das Diretas Já! e da saída do regime ditatorial. É o campo político em busca de legitimação por meio do símbolo. Sua autoimagem é impulsionada pela memória da Cabanagem. É a memória da Cabanagem tornando-se uma mitologia política regional.

Todavia, até que ponto essa alusão foi casual e oportuna, pois era a memória de uma insurreição feita pelo povo que estava sendo utilizada? Curiosamente, entre as 102 primeiras personalidades agraciadas com a Ordem do Mérito Cabanagem estavam figuras do alto escalão político e social, como o senador Hélio Gueiros (PMDB), o vice-governador Laércio Franco (PMDB) e o próprio governador que instituiu a honraria, Jader Barbalho (PMDB), além do presidente da ALEPA, Lucival Barbalho (também do PMDB). Somavam-se a eles figuras totalmente ligadas à ditadura no Pará, como Jarbas Passarinho (ministro da Previdência Social durante a ditadura militar) e Alacid Nunes, por anos governador do Pará durante o regime militar.

Essas últimas figuras eram totalmente antagônicas até mesmo à alusão feita à memória da Cabanagem como uma revolução realizada pelo povo, demonstrando a incoerência entre a realidade e o discurso — aliás, como solicitar coerência de políticos, ainda mais daqueles que utilizam a memória como mero instrumento de servidão?

Nesse sentido, os agentes políticos auto-presentaram-se para legitimarem a si mesmos como representantes fidedignos do povo e herdeiros dos cabanos, direcionados pelos anseios e demandas populares (longe da prática, obviamente). O verdadeiro povo cabano, que resiste diariamente lutando contra a imposição das elites capitalistas e contra seus interesses, passou longe dessa medalha. Aos políticos, essa honraria foi estratégica, pois lhes conferiu um poder simbólico como instrumento de luta dentro do campo político do período já citado.

³⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

Conforme já apreendemos acima, o espírito político do período em questão é de mudança. Mudança que almeja a ruptura com o regime ditatorial e um avanço urgente para a redemocratização. Nas folhas do jornal *Diário do Pará* (1984)³⁵, observa-se uma busca da sociedade brasileira, naquele contexto, por uma nova Constituinte e por eleições diretas, a fim de transferir à nação o poder de escolher diretamente seus representantes. A própria gestão estadual peemedebista se autoproclamava democrática em razão do contexto das eleições de 1982, como citado acima.

Aliás, o próprio PMDB, que havia ganhado musculatura política em meados da década de 1980, detinha o lema “O povo no poder”. É dessa maneira que a memória da Cabanagem se adequa aos anseios e aos interesses dos políticos que, dentro de seu campo, buscavam a garantia da legitimidade de serem do povo; e ser cabano era ser democrático.

A memória da Cabanagem desse período, podemos indicar, reflete muito mais o cenário político-social de 1982 a 1985 do que propriamente o período da gloriosa Revolução Cabana (1835–1840). Podemos aferir tal constatação na entrevista do deputado e líder do PMDB, conforme a fonte *Diário do Pará* (1984)³⁶. Nícias Ribeiro sublinhou que confiava no “espírito cabano” dos deputados para votar **sim** na Emenda Dante de Oliveira, que tinha como objetivo urgente eleger diretamente o mandatário máximo do Brasil.

Somado a isso, temos também a fala do então deputado federal Carlos Vinagre (PMDB), quando votou na Emenda Dante de Oliveira³⁷: “como representante do povo paraense... povo que viveu a Cabanagem... não poderia faltar ao chamamento cívico que o momento pedia...”, conforme o *Diário do Pará* (1984).

Ou seja, a imagem que se busca construir é a de ser cabano, herdeiro da revolução. Ser cabano, naquele período, era lutar pela democracia. É um verdadeiro letramento em partículas sutis, a fim de aferir vantagens. A memória da Cabanagem entrelaçada ao ato político, incorporada pelos habitantes do *status quo* do período. Bem, é essa a imagem que os distintos atores políticos transmitem.

³⁵ *Diário do Pará*, Belém, 11 de dezembro de 1984. Edição 00646.

³⁶ Política. *Diário do Pará*, 01 de abril de 1984. Edição 00434.

³⁷ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, mais conhecida como Emenda Dante de Oliveira, apresentada pelo então deputado federal Dante de oliveira (PMDB-MT), tinha por objetivo reinstaurar as eleições Diretas para presidente da República no Brasil, através da alteração dos artigos 74 e 148 da constituição federal de 1967 uma vez que a transição democrática tinha sido interrompida pela Ditadura militar.

A fim de demonstrar mais um exemplo, recorro a outro episódio do período (que, no entanto, não se encaixa como memória oficial), o qual demarca mais uma simbiose entre a Revolução Cabana e a redemocratização. Em 1984, a Comissão Paraense Pró-Diretas³⁸ Já resolveu criar o “Tribunal da Cabanagem”. Mas o que era esse tribunal? Tratava-se de uma assembleia popular, cuja finalidade era julgar os “Traidores da Vontade Popular”, como destacado no jornal *Diário do Pará* (1984)³⁹, avaliando, assim, os votos contrários à Emenda Dante de Oliveira, que, em sua grande maioria, eram de integrantes do Partido Democrático Social (PDS)⁴⁰, partido que sucedeu a ARENA e estava totalmente voltado aos interesses da ditadura militar e de sua continuidade.

Os pedessistas que votaram contra a referida emenda foram colocados como réus (não fisicamente) no tribunal, que foi presidido pela Comissão Estadual Pró-Diretas Já e por peemedebistas. O referido evento contou com a presença de vários atores sociais das mais diversas frentes que lutavam pela redemocratização. A sentença proferida foi a de que os pedessistas eram traidores do povo e “coveiros das Diretas”, como foi destacado no jornal *Diário do Pará* (1984)⁴¹.

Lógico que todo esse tribunal foi um ato simbólico, mas é justamente isso que é crucial para este artigo: entender a imposição simbólica que esses agentes políticos almejavam ao conectar a Revolução Cabana à luta pela democracia. Apesar de, naquele momento, buscarem maciçamente a memória da Cabanagem, sua mobilização servia como suporte para a autorrepresentação do político e de seus pares.

E, partindo dessa conexão, entender como esses atores utilizaram, a bel-prazer, a memória da Cabanagem como uma memória de servidão, conforme ressalta Le Goff (1988), correlacionando essa ideia com a do sociólogo Bourdieu (1989), segundo a qual os atores sociais de um campo lutam pela dominação deste utilizando o capital simbólico. Entendendo as propriedades do campo e, dentro de uma lógica de jogo, compreender as formas de utilizar esse capital a seu favor. Certamente, esses atores políticos compreendem o poder da memória

³⁸ O movimento "Diretas Já" no Pará em 1984 foi um marco na luta pela redemocratização, com comícios expressivos realizados em Belém, destacando a mobilização popular e política contra a ditadura militar. O movimento ganhou força nacionalmente com a emenda Dante de Oliveira, impulsionada por partidos de oposição como PMDB, PT e PDT.

³⁹ Tribunal da Cabanagem vai julgar traidores. **Diário do Pará**. Belém, 23 de maio de 1984. Edição 00475.

⁴⁰ O Partido Democrático Social (PDS) foi uma agremiação política brasileira de direita, fundada em 31 de janeiro de 1980, que sucedeu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido de sustentação do regime militar (1964-1985).

⁴¹ Os coveiros das diretas. **Diário do Pará**. Belém, 25 de maio de 1984. Edição 00477.

da Cabanagem como um instrumento simbólico regional e recorrem a ela quando precisam, dentro da ideia de que quem controla a visão do passado domina o presente, conforme nos leva a interpretar Pierre Nora (1993).

Contudo, cabe à historiografia levantar e construir críticas sólidas e embasadas para combater aqueles que, enquanto sujeitos públicos e políticos, não estão interessados em repercutir uma memória que sirva de aprendizado coletivo e interpretativo. Segundo o pensamento do historiador Le Goff (2003), a memória é um objeto muito caro ao nosso campo historiográfico, ainda mais tratando-se da memória da maior insurreição popular que já aconteceu na história do Brasil, um marco histórico que representa a luta de pessoas do povo, na Amazônia oitocentista, contra o mandonismo branco e elitista que vigorava na época do Império Brasileiro.

Retomando o exercício de analisar a memória oficial, ainda no que diz respeito à utilização da memória da Cabanagem, o então governador Jader Barbalho (PMDB) enviou um ofício aos Correios, em 1984, solicitando a emissão de selos comemorativos em alusão aos 150 anos da Cabanagem, como foi noticiado nas páginas do *Diário do Pará* (1984)⁴². Os selos seriam “Ataques ao Trem de Guerra” e “Cabano”.

Abrindo um parêntese, os Correios elaboraram os selos com a legenda “Revolta”, e não “Revolução”, como vinha sendo tratada cuidadosamente pelos agentes políticos em questão, expressando como a memória, por vezes, é utilizada de acordo com o grupo ou campo que a remonta.

Além disso, o deputado Carlos Vinagre (PMDB) apresentou um projeto à Câmara Federal, instituindo a Semana da Cabanagem, de acordo com o *Diário do Pará*⁴³, a fim de que fosse comemorada na primeira semana de janeiro. Apesar de o projeto não sair do papel, o destaque é o aceno ao respectivo campo político e à sociedade paraense; ou seja, uma autorrepresentação de sua imagem, conforme destacam os historiadores Velarde e Petit, para quem a imagem do agente político perante a coisa pública é um elemento fundamental para sua ambição política. A memória, mais uma vez, apresenta-se como um mero instrumento político.

Ligado a isso, houve também a idealização, em 1984, do projeto de um parque denominado “Parque dos Cabanos”, que também nunca saiu do papel e, posteriormente, tornou-

⁴² Selos da Cabanagem. **Diário do Pará**. Belém, 01 de junho de 1984. Edição 00483.

⁴³ Política. **Diário do Pará**. Belém, 12 de abril de 1984. Edição 00443.

se o Parque Estadual do Utinga. Embora não tenha sido materializado, o exemplo é um indicador que ajuda a entender como a utilização da memória da Cabanagem detinha o intuito de atingir o imaginário social da época, como retratado no *Diário do Pará* (1984)⁴⁴.

Dessa forma, o Parque dos Cabanos, assim como o projeto da Semana da Cabanagem, não se materializou; porém, foi extremamente útil para que esses agentes disputassem a luta simbólica do campo em questão. Em miúdos, o período supracitado tinha como ordem do dia um exercício de refugiar-se na memória da Cabanagem, muito ligado e de acordo com o discurso regionalista presente naquele período. Discurso este em defesa dos interesses da região, em que ser um representante do local — pelo menos no discurso, como fora citado acima — tornava-se fundamental.

Dando sequência, o dia 7 de janeiro não ficou de fora da efervescência oficial da Cabanagem. Como nunca ocorrera antes, o Estado, por meio de seus agentes políticos, celebra a Revolução Cabana no tão simbólico 7 de janeiro. A inauguração do Monumento da Cabanagem foi marcada para o dia 7 de janeiro de 1985, consoante explicitado no jornal *Diário do Pará* (1985)⁴⁵, conforme determinação do Governo do Estado.

A então gestão estadual, como explicitado nas páginas do *Diário do Pará* (1985), avalia que essa preservação da memória faz parte de conhecer o que “somos” pelo respeito ao que “fomos”. Dessa forma, construindo um paralelo entre a memória da Cabanagem e a luta pelo símbolo de representante do povo, o *Diário do Pará* (1985) ainda enfatiza: “sem a resistência cívica de 1835, não teríamos as potencialidades institucionais”.

Esse fato da gestão estadual, ao festejar os 150 anos da Cabanagem — uma data simbólica atrelada a uma luta simbólica —, confere ao então governador peemedebista uma brecha para ser constantemente comparado, por seu “entendimento democrático”, ao privilegiar a memória da Cabanagem. O jornal diário do Pará não poupou elogios a esse resgate da memória da Cabanagem e destacou no discurso de Jader Barbalho, comparações entre os cabanos que lutaram por uma dita cidadania, e atrelava a dita cidadania que o povo espera na década de 80.

Apesar do Jornal O Liberal (1985)⁴⁶ também destaca a importância dessa “memória em concreto” do memorial da cabanagem e desse resgate histórico. Pontuou o alerta que o então

⁴⁴ Preservação com Parque. *Diário do Pará*. Belém, 18 de abril de 1984. Edição 00448.

⁴⁵ *Diário do Pará*, Belém, 25 de outubro de 1984. Edição 00608.

⁴⁶ Jader adverte os radicais e mostra consequências. OLiberal. Belém, 08 de jan. 1985 edição: 21.518.

governador fez em seu discurso, no 07 de janeiro de 1985, contra os usos do radicalismo exacerbado que segundo ele foi o racha que culminou no enfraquecimento do movimento cabano. Além disso colocou as seguintes aspas “não é só tomar um poder, tem que ter um projeto de poder “, ou seja, deixando, mesmo que implicitamente, no ar que detinha o entendimento do poder como forma de construção social de se constituir no poder, conforme destaca Rémond (1987) de como o Estado hoje concede a prerrogativa do controle individual do social.

Curiosamente, por mera coincidência ou força da natureza, no mesmo 7 de janeiro de 1985, os peemedebistas Jader Barbalho e Carlos Vinagre receberam títulos de cidadania em municípios como Santa Isabel e Ananindeua (dentro dessa poeira cósmica de homenagens aos cabanos). Essa reportagem do *Diário do Pará* destaca ambos como descendentes dos cabanos e, assim, seus herdeiros diretos.

Pois bem, previamente conseguimos entender o deputado Carlos Vinagre como descendente, pois possui parentesco. Já o outro indivíduo citado, apesar do nosso esforço, não conseguimos aferir essa condição. O que podemos afirmar, contudo, é que esse exemplo escancara como a memória da Cabanagem foi mobilizada para refletir positivamente sobre os agentes políticos, com a intenção de lhes conferir benefício próprio dentro do campo político. Um letramento para a sociedade, uma projeção não só da Cabanagem, mas, ao mesmo tempo, do político misturada a essa memória cabana.

A estrutura do campo social é sempre um estado de relações de força entre os indivíduos envolvidos em uma luta constante: os pretendentes, que almejam dominar, e os dominantes, que estão no controle. Pois bem, no campo político analisado, os dominantes eram o PDS (partido que herdou a estrutura da ARENA), enquanto os pretendentes eram o PMDB, que buscava controlar o campo político estadual.

Dentro desse contexto, como foi exposto acima, o PMDB (Pará) cooptou a memória da Cabanagem — memória que é uma propriedade do respectivo campo — com a finalidade de servir aos seus interesses, conforme destaca Le Goff (1988). Obviamente, os dominantes iriam travar essa luta...

Em outubro de 1984, em uma sessão no plenário da Assembleia Legislativa do Pará, um porta-voz do PDS, o deputado Aldebaro Klautau, como foi exposto no *Diário do Pará* (1984)⁴⁷,

⁴⁷ Monumento Cabano profanado por Klautau. **Diário do Pará**, Belém, 09 de outubro de 1984. Edição 00594.

teceu críticas ao Monumento da Cabanagem, visto que, segundo ele, havia o “alto custo da obra” e que tal verba poderia ser empregada na Santa Casa (que, no período, estava ameaçada de ir a leilão). Na visão do PDS, o monumento era o “mausoléu do povo”. Certamente, as contraposições feitas ao monumento constituíam uma estratégia de luta simbólica, um desvio de foco.

Prontamente, o PMDB respondeu por intermédio do líder do partido, o deputado Romero Ximenes, que afirmou: “os que temem a Cabanagem são os que temem as liberdades democráticas”. Indubitavelmente, há uma clara e evidente disputa pelo controle da narrativa da memória. Para os pedessistas, a Cabanagem era algo distante de seus interesses e ritos; para os peemedebistas, era uma luva que se encaixava em seus interesses.

Ainda dentro dessa disputa, em maio de 1985, também na plenária da ALEPA — espaço materializado dessas disputas —, os peemedebistas rebateram as críticas feitas pelos atores políticos do PDS, que novamente atacaram a construção do Monumento da Cabanagem, classificada como “obra faraônica”. Em resposta, o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB) afirmou que “o monumento faz justiça à História do Pará” e ainda ressaltou que os pedessistas “passaram vinte anos no poder e não fizeram nada”, como foi colocado no jornal *Diário do Pará* (1985)⁴⁸.

Além dele, o deputado Paulo Fonteles frisou que criticar o monumento era “desprezar nossa História” e “renegar o passado”. Sendo assim, cabe refletir que a crítica não era somente sobre a construção do monumento — talvez esse seja o aspecto menos importante aqui —, mas sim uma guerra simbólica. Atacar o monumento era atacar, simbolicamente, quem estava se valendo da memória da Cabanagem para aferir ganhos próprios dentro do campo político, tendo em vista que tudo girava em torno da disputa pelo controle do campo. Pois silenciar uma memória também faz parte do jogo simbólico; conforme ressalta Pollak, a memória é seletiva.

O jornal *O Liberal* fez a cobertura de toda a movimentação em torno da comemoração do sesquicentenário e do memorial. Ressaltou que foi “a Revolução popular da Amazônia” *Jornal O Liberal* (1985)⁴⁹. Além de ressaltar que “a revolução cabana foi um confronto cultural ... e que produziu uma verdadeira cultura revolucionária da Amazônia”, *O Liberal* (1985)⁵⁰. Destacando o empenho do Governo Estadual pelo “resgate histórico da cabanagem”.

⁴⁸ *Diário do Pará*, Belém, 23 de maio de 1985. Edição 00782.

⁴⁹ *O Liberal*, Belém, 06 de janeiro de 1985. Edição 21. 516

⁵⁰ *O LIBERAL*, Belém, 05 de janeiro de 1985. Edição 21. 515.

Todavia pontua “o governo está usando a cabanagem como um slogan, um mote, uma plataforma. é bom para popularizá-la. Mas pode enrijecê-la como uma ladainha que se repete sem saber o que é”, O Liberal (1985.), em consonância com o presente artigo que demonstra como a memória da Cabanagem foi agenciada simbolicamente pela tal gestão. Além disso advertir que “se o governo quer recuperar ou resgatar... deve empenhar-se no estímulo ao trabalho de reconstituição do que de fato aconteceu” O Liberal (1985).

Nesse sentido, é perceptível, caro(a) leitor(a), que, no envolvimento dessa posituação da memória oficial da Cabanagem, foi sendo construída uma memória da Cabanagem em função de uma ressignificação que não passa pelos ideais, anseios e sentimentos da própria Cabanagem. Mas sim por construir uma memória daquilo que esses políticos imaginam ser a Cabanagem no período analisado (meados da década de 1980), colocando-se como senhores da memória, controlando-a e colocando como opostos todos aqueles que não se encaixam no que esses indivíduos políticos compreendem como memória da Cabanagem.

Haja vista, como indicador, que somente um deputado do PDS recebeu a honraria do Mérito Cabano (mas os dois maiores expoentes da Ditadura Militar no Pará — Alacid Nunes e Jarbas Passarinho — receberam tal honraria, bem “coerente”). Neste exato momento, esses atores políticos tornam-se o crivo de quem é ou não é cabano, ou de quem tem ou não ideal cabano, falando do campo político, obviamente.

Porém, o campo político tem um poder de alcance incomparável e silencioso, tendo como um de seus principais instrumentos de letramento a memória oficial. Formando, assim, uma memória da memória. O historiador Michael Pollak sublinha que a memória é fruto de uma construção social. Nesse sentido, compreendemos que esses sujeitos utilizam, por intermédio do Estado, a construção de uma memória oficial da Cabanagem; entretanto, buscam para si os proveitos dessa construção dentro de uma luta simbólica no respectivo campo.

E qual é a gravidade disso? Pois bem, o historiador Pierre Nora salienta que essa memória oficial, parte da memória coletiva, vem do exterior, sendo interiorizada por nós (ou, como Pollak chama, memória por tabela). Dessa forma, o indivíduo pode apreender uma memória genérica e de pouca serventia para si mesmo.

Das duas, uma: ou esse indivíduo não se reconhece como parte dessa memória, caindo no esquecimento; ou, pior, atrela a imagem desses atores políticos à própria memória da

Cabanagem, não conseguindo fazer a dissociação tão necessária. Conferindo, assim, a esses atores políticos a simbologia da memória cabana.

Todos os campos, direta ou indiretamente, têm elos ou conexões que os ligam, mas também cisões que os afastam, seja pela temporalidade, seja pela aproximação ou não do poder. Para o momento, cabe ressaltar o caminho paralelo, e semelhante, do cronograma da memória da Revolução Cabana dentro do campo historiográfico. Haja vista que a historiografia — campo que também necessita da memória — é parte crucial para o debate público, pois é de lá que saem muitas interpretações que podem ou não servir de direcionamento para outros campos.

De acordo com a historiadora Magda Ricci (2001)⁵¹, nos primeiros 150 anos da Revolução Cabana sua memória multiplicou suas interpretações. O primeiro autor a dissertar sobre a Revolução Cabana foi Domingos Antônio Raiol, em 1865, o qual tratava a revolução como um mero motim político que deveria ser compreendido dentro dos ditames da formação político-social do Império Brasileiro.

Adiante, entre os anos de 1920 e 1930, a historiadora Magda Ricci resalta o começo de uma linha positiva da memória da Cabanagem. Antes vistos como “arruaceiros”, os cabanos transformaram-se em “patriotas”, pois, de alguma forma, aderiram à “causa brasileira”.

Também na década de 1930, com o intelectual Caio Prado Júnior, a Revolução Cabana ganha contornos de uma interpretação marxista. Para ele, os cabanos tornaram-se os únicos revolucionários populares e partidários de ideias libertárias que conseguiram tomar o poder, voltando os olhos da historiografia marxista brasileira para a Revolução Cabana.

Também na década de 1930, com o intelectual Caio Prado Júnior, a Revolução Cabana ganha contornos de uma interpretação marxista. Para ele, os cabanos tornaram-se os únicos revolucionários populares e partidários de ideias libertárias que conseguiram tomar o poder, voltando os olhos da historiografia marxista brasileira para a Revolução Cabana.

Ainda no campo historiográfico, a memória da Cabanagem ganha uma nova interpretação em 1985, com historiadores modernos que, de acordo com Magda Ricci, discordavam de uma Cabanagem atrelada à visão marxista da luta de classes. Todavia,

⁵¹ RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 4, p. 241-271, 2001

concordavam com a ideia de uma revolta armada ou de uma guerrilha contra o Estado, até por remeter, em certa medida, à Guerrilha do Araguaia, tão importante para o período.

Nesse sentido, buscava-se no passado cabano um símbolo de afirmação da luta pela cidadania, de forma semelhante ao que ocorreu no campo político, aqui já exaustivamente citado.

A luta pela cidadania é um elo que une, neste período de 1985, a historiografia e o campo político no sentido positivo da memória da Revolução Cabana. Dessa maneira, assim como ocorreu no campo historiográfico, o campo político também perpassou por vários sentidos e se apropriou da memória da Cabanagem. Porque cada época fabrica mentalmente sua representação do passado, da História e da memória, silenciando eventos e enaltecendo outros.

Contudo, o detalhe que este artigo tenta desnudar é que, no período supracitado, essa memória está sendo usada como um instrumento de servidão política, pois é fruto dos interesses dos agentes políticos dentro de uma luta simbólica. A memória como instrumento de servidão ao mandonismo político.

Dessa forma, temos que pensar: ora, se a luta da Revolução foi contra o mandonismo hierarquizado do Império e suas mazelas, logo a memória dela jamais pode servir de suporte para o enriquecimento da imagem deste ou daquele político. A memória da Cabanagem é muito cara, pois, já que não conseguimos mais lutar literalmente, temos que lutar pelos sentidos e pela representação dessa revolução.

A fabricação da memória oficial pode até não passar pelo crivo da historiografia; porém, temos os nossos meios para lutar e defendê-la.

CONCLUSÃO

A memória oficial da Cabanagem, portanto, é um mito político regional, o qual seve como um instrumento político regional. Pois sempre foi celebrada pelo Estado: ora de forma negativa, como o 13 de maio; ora de forma positiva, com o 7 de janeiro, demonstrando como a memória oficial pode ser uma fabricação do oportunismo dos agentes do campo político. Um verdadeiro agenciamento simbólico da representação da Cabanagem Nas vésperas do seu sesquicentenário, aliada à conjuntura política de anseio pela redemocratização, à luta pela cidadania, à representatividade popular, ao discurso regionalista e a um dispositivo político crucial para o período supracitado — a autoimagem do político perante a sociedade paraense —, essa memória dominou o debate público. Políticos e mídia deram ênfase e notoriedade à

maior movimento de insurreição popular brasileira; falar e argumentar sobre a Cabanagem era o espírito do momento. Tal estrutura funcionou da seguinte forma: a memória oficial movimentava a sociedade; os discursos dos políticos ao redor dessa memória eram utilizados para promovê-los; e os jornais impressos potencializavam esses discursos no debate público. Essa memória estava alinhada às ideologias de quem controlava o campo político, pois é esse campo que controla a memória oficial.

A memória positiva da Cabana vivia o seu maior auge perante a memória oficial. Antes, era conhecida apenas por denominar seus algozes e celebrar o fim do movimento; depois, passou a inspirar honrarias, projetos e até bairros. Sem dúvidas, o ponto mais alto foi a construção do Memorial da Cabanagem, o qual representa a materialização, ainda que alusiva, de um dos momentos mais importantes da História paraense. De fato, até 1985, o indivíduo que visitasse o Pará conseguiria apreciar, em sua maioria, monumentos e marcos que vinculavam a província à dominação estrangeira. Esse cenário muda com a construção do memorial.

As problemáticas aparecem, todavia, quando encaramos que foi uma memória superficial, defeituosa e genérica. Optou-se por exaltar vultos e heróis, como os restos mortais de apenas alguns líderes que foram colocados no referido memorial, intencionalmente para que pudessem ser correlacionados aos “heróis” que se queria construir em 1985. A Cabanagem foi um movimento complexo, sentido e vivido por vários setores distintos daquela Amazônia oitocentista. Ficam as perguntas: onde estão representados os negros, os indígenas, os pobres, os ribeirinhos, as pessoas sem terra, os escravizados e os mestiços? Pois a Cabanagem foi feita por aqueles que estavam na base da pirâmide. Essa característica é o que torna a Revolução Cabana tão única no Brasil, porque foi uma tomada de armas dos despossuídos, que muitas vezes só tinham uma coisa a perder e a perderam: a vida.

Perdeu-se a oportunidade de construirmos um letramento mais eficiente de nossa cultura e identidade. A Cabanagem foi um movimento que transformou a sociedade daquele período e local. A memória tem esse poder libertário; dessa forma, seria necessária a elaboração de um projeto de base escolar, a fim de construir, no alunado da sociedade da época, um melhor entendimento sobre nossa identidade cabana. Dever-se-ia fazer também um letramento por meio de cursos, oficinas e rodas de palestras com a sociedade em geral, principalmente com aqueles que ainda hoje estão na base da pirâmide. Sabidamente, isso seria perigoso para os políticos. Mas precisaríamos de tal projeto educacional e social.

Então, o Memorial da Cabanagem é um marco da concretização de um evento histórico relacionado com a luta do povo paraense. Embora cometa o equívoco de recorrer aos vultos e

heróis históricos — uma visão genérica —, representa um inegável avanço da memória oficial. Entretanto, é um memorial abstrato, ou seja, conceitual. Somado ao fato citado acima de que não houve um letramento profundo sobre a memória da Cabanagem, muitos paraenses nem sabem o que aquele monumento simboliza. Muito se afirmar que a sociedade paraense negligencia tal monumento; porém, não houve um trabalho de base, não se aprofundou a memória da Cabanagem. Como já previa o jornal *O Liberal* (1985)⁵² que sem uma forma prática de relacionar o povo com essa memória “[...] de outro modo o povo pode ser levado a pensar que a cabanagem é um acidente do sistema Viário”.

Dessa forma, na realidade, por culpa desses agentes políticos, o monumento negligenciou primeiro a sociedade. Pois, muitas vezes, o sujeito não sabe sequer o que foi a Cabanagem, olha para aquela obra de concreto armado e não associa nada a ela, demonstrando que a memória da Cabanagem que se queria vender é indiferente à democracia, à luta cívica ou a algo do tipo. Solicitava-se a redemocratização, mas, curiosamente, não se democratizou a memória cabana. Utilizou-se a memória apenas para afastar os reais descendentes da Cabanagem.

Outro detalhe que reforça isso é o fato de que ninguém da base da sociedade foi premiado com a Medalha da Ordem do Mérito Cabanagem. A primeira sessão de entrega das medalhas foi um *petit comité* que presenteou os altos chefes do escalão político. Curiosamente, se a Revolução Cabana fosse hoje, muitos deles não estariam ao lado dos cabanos revolucionários, pois ser cabano é ser contra o status quo. Muitos desses políticos que utilizaram a memória da Cabanagem como forma de legitimação consolidaram-se no campo político paraense a partir desse período. Não se pode aferir o quanto esse uso político da memória engrandeceu sua autoimagem dentro da luta política. Mas podemos afirmar que tal memória não atrapalhou os planos desses agentes.

No referido monumento, encontram-se os restos mortais de cinco líderes cabanos. E a pergunta que se faz é: cadê as mulheres? Não se pode acreditar que, em todo o levantamento e estudo feito sobre a Cabanagem, nenhum indivíduo tenha enxergado as mulheres. A Cabanagem tem como característica a pluralidade de setores daquela Amazônia oitocentista. E as mulheres estavam presentes. Segundo a historiadora Eliana Ferreira (2003), a “mulher que tinha seus pares envolvidos visceralmente no conflito, afastados de casa, lutando nas matas e

⁵² *O Liberal*, Belém, 06 de agosto de 1985. Edição 21. 516.

rios, assumia os papéis de mantenedora e provedora da família, além de papéis como o de espiã” (FERREIRA, 2003, p. 1)⁵³.

Nesse sentido, as mulheres na Cabanagem foram fundamentais para todo o processo e desenvolvimento da insurreição Cabana. Sem a atuação delas, pouco o movimento revolucionário poderia fazer ou avançar. Assim como em ambos marcadores da memória do memorial e das honrarias das medalhas, não foram agraciadas as mulheres, que poderiam ser representadas por mulheres daquela contemporaneidade, assim como não se encontra nada sobre elas no memorial da cabanagem. Demonstrando um reducionismo, ou melhor um agenciamento simbólico da memória optou por um viés.

Logo, cabe refletir: a quem interessa silenciar as mulheres na memória da Cabanagem? Obviamente, o enaltecimento de determinados eventos ou personagens em detrimento do silenciamento de outros atores demarca a posição política e ideológica que orienta tais decisões. Não há neutralidade nessa escolha.

A memória da Cabanagem foi instrumentalizada pelos agentes do campo político, tornando-se um refúgio de legitimidade no período investigado. A construção da memória oficial o fez de forma oportuna, em razão da conjuntura, e jamais como salvadores da memória cabana. Longe de o presente artigo pretender decidir qual seria uma “memória verdadeira”. Pelo contrário, a historiografia não tem a prerrogativa de ser juíza de coisa alguma. Entretanto, convém pensar em uma memória mais adequada.

A memória da Revolução Cabana mais adequada seria aquela que trabalhasse a complexidade que foi tal movimento, além de fazer com que essa memória libertasse os indivíduos. Que, por meio dessa memória, construísse-se um indivíduo crítico e pensante.

O bicentenário se aproxima. Logo, cabe refletir sobre como será o uso da memória cabana pelo respectivo campo político. Sempre com o crivo de que a memória jamais pode ser instrumento de servidão, mas sim de libertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Beatriz Paiva de et al. Uma “adesão” em tempos de ditadura: arte de memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará. 2022.

BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 20, n. 2, 1997.

⁵³ FERREIRA, Eliana Ramos. As Mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 22, p. 22, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

BOUÇÃO, Carlos. 190 anos da Cabanagem. *ALEPA-PA*, 06 jan. 2025. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/10695/190-anos-da-cabanagem>. Acesso em: 05 set. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 186.

CRUZ, Ernesto. *As ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Ilustrações de Rudoff Richl. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

FERREIRA, Eliana Ramos. As mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. *Simpósio Nacional de História*, v. 22, p. 1, 2003.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologia política*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

NEVES, Fernando Arthur Freitas; LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. *Faces da história da Amazônia*. Manaus: Paka Tatu, 2009. p. 492.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

PETIT, Pere Penârrocha. *Chão de promessas: as elites políticas e as transformações no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka Tatu, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 5, n. 10, p. 7-28, dez. 1992.

RAIOL, D. A. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo).

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. RICCI, Magda; LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Letrados da Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). *Revista Brasileira de*

Educação, v. 20, n. 63, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zHSYfL3Lwd3DCMCGG6pYLmR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2015.

VELARDE, Jaime Cuéllar. Memórias da resistência, repressão e consolidação da ditadura civil-militar no Pará: 1964-1970s. In: PETIT, Pere.

FONTES HISTRIOGRÁFICAS

Jornais

CATANHEDE, Eliane. O povo: a estrela de 84. *O Liberal*, Belém, 03 jan. 1985. Edição 21.113.

COVEIROS das diretas. *Diário do Pará*, Belém, 25 maio 1984. Edição 00477.

DESCEDÊNCIA: títulos para Jader e Vinagre. *Diário do Pará*, Belém, 06 jan. 1985. Edição 00667.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 05 ago. 1983. Edição 00279.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 15 ago. 1983. Edição 00289.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 11 dez. 1984. Edição 00646.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 16 dez. 1984. Edição 00652.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 03 jan. 1985. Edição 00664.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 09 jan. 1985. Edição 00670.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 26 jan. 1985. Edição 00684.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 25 maio 1985. Edição 00785.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 23 maio 1985. Edição 00782.

JADER adverte os radicais e mostra consequências. *O Liberal*, Belém, 08 jan. 1985. Edição 21.518.

MÉRITO legislativo. *Diário do Pará*, Belém, 18 abr. 1984. Edição 00448.

MEMORIAL da Cabanagem em solenidade. Belém, 03 jan. 1985. Edição 21.

MONUMENTO Cabano profanado por Klautau. *Diário do Pará*, Belém, 09 out. 1984. Edição 00594.

MUDANÇA. *Diário do Pará*, Belém, 07 jan. 1985. Edição 00668.

O LIBERAL. Belém, 01 jan. 1985. Edição 21.511.

O LIBERAL. Belém, 02 jan. 1985. Edição 21.512.

O LIBERAL. Belém, 03 jan. 1985. Edição 21.513.

O LIBERAL. Belém, 05 jan. 1985. Edição 21.515.

O LIBERAL. Belém, 06 jan. 1985. Edição 21.516.

POLÍTICA. *Diário do Pará*, Belém, 01 abr. 1984. Edição 00434.

PRESERVAÇÃO com Parque. *Diário do Pará*, Belém, 18 abr. 1984. Edição 00448.

ROCQUE, Carlos. A Cabanagem e seu resgate histórico. *O Liberal*, Belém, 06 jan. 1985. Edição 21.516.

SEIXAS, João. O certo é o diálogo. *Diário do Pará*, Belém, 01 abr. 1984. Edição 00434. p. 4.

SELOS da Cabanagem. *Diário do Pará*, Belém, 01 jun. 1984. Edição 00483.

TRIBUNAL da Cabanagem vai julgar traidores. *Diário do Pará*, Belém, 23 maio 1984. Edição 00475.

VINAGRE crítica “a conduta” pedessista. *Diário do Pará*, Belém, 06 maio 1984. Edição 00461.

Legislação e documentos oficiais

BRASIL. Governo Federal. **Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Programa de Integração Nacional.

Documentos legislativos

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983**. Emenda Dante de Oliveira, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da República no Brasil, mediante alteração dos artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967.